



A ARQUITETURA DA TEORIA: O COMPLEMENTO DA TRILOGIA DE JÖRN RÜSEN

Pedro Spinola Pereira Caldas
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
pedro.caldas@gmail.com

Jörn Rüsen é, sem dúvida alguma, um dos grandes nomes da teoria da história em nossos dias. Nascido na cidade de Duisburg em 1938, Rüsen foi professor nas universidades de Bochum e Bielefeld, e exerceu por muitos anos o cargo de presidente no Kulturwissenschaftliches Institut (Instituto de Ciências da Cultura), localizado na cidade de Essen e mantido pelo Estado da Renânia do Norte e Vestfália.

Iniciada em 1968 com a publicação de sua tese de doutorado sobre Johann Gustav Droysen, sua obra essencialmente teórica é vasta e coerente. E é notável como o pensamento de Droysen ainda se faz presente de maneira marcante na motivação de Rüsen em requisitar dos historiadores que simplesmente pensem no sentido de sua tarefa. Portanto, o que o leitor encontra quando abre as páginas de Rüsen é um sincero esforço de pensamento e aprofundamento da operação historiográfica, e não um acúmulo de *insights* mais ou menos inspirados. Neste sentido, o complemento da trilogia de Jörn Rüsen, editada pela Universidade de Brasília, é uma possibilidade de escapar da mesmice editorial brasileira, que certamente auxiliará os docentes de boa vontade a montar cursos verdadeiramente decentes de teoria da história em suas disciplinas de graduação e pós-graduação. A iniciativa da Editora da Universidade de Brasília é, portanto, mais do que louvável.

A trilogia chama-se *Teoria da História*: Os Princípios da Pesquisa histórica, e teve seu primeiro volume (**Razão histórica**) publicado pela mesma editora no ano de 2001 e traduzida pelo Prof. Estevão de Rezende Martins (UnB). Valeu a pena esperar pelos outros dois, **Reconstrução do Passado** e **História viva**, lançados conjuntamente no final do ano passado. Na Alemanha, os volumes foram publicados em 1983, 1986 e

1989, respectivamente, mas isto não implica defasagem do público brasileiro em relação à obra de Rüsen. Na trilogia, o autor lança os pilares dos textos dos últimos quase vinte, nos quais predominarão duas tendências básicas: a reflexão em torno ao gerenciamento do passado fascista da Alemanha (encontrável, sobretudo, no ótimo *Zerbrechende Zeit* [Tempo estilhaçado], de 2002), e do lançamento de bases conceituais que permitam um estudo comparativo de culturas históricas e histórias da historiografia, com ênfase na comparação entre o Ocidente e o Oriente, mais especificamente a rica tradição historiográfica chinesa.¹

Reconstrução do Passado tem o melhor sabor droyseano, qual seja, o de, ao dissecar a atividade historiográfica, ser capaz de convencer o leitor atento que o historiador, ao pesquisar e escrever, já está dentro do âmbito reflexivo de sua ciência. Temos o péssimo costume de separar teoria e prática histórica, reflexão especulativa e pesquisa, e só lembramos da teoria da história quando somos obrigados a colocar algum item referente à teoria em projetos de pesquisa que será cobrado pela banca avaliadora. Tratada como apêndice, a teoria é pouco mais do que um adorno pesado – como se pensar no que se faz fosse um incômodo tão grande ao historiador que causaria uma dor semelhante àquela sentida em um músculo sedentário e raramente usado. Rüsen defende o oposto: tentar escapar da reflexão teórica é como tentar pular a própria sombra.

O autor dá seqüência ao primeiro volume de sua teoria da história partindo justamente do ponto em que havia terminado, a saber, a investigação das possibilidades racionais da história entre subjetividade e objetividade. Para tratar do problema, ele procura entender teoria histórica como uma narrativa conceitual, que, portanto, atribua sentido à experiência histórica sem, todavia, abdicar da possibilidade de comunicação e interlocução entre as partes.

Rüsen procura mostrar a insuficiência de dois dos modelos principais de explicação histórica: o nomológico e o hermenêutico. O primeiro, objetivo e interessado em leis gerais que possam inclusive garantir prognósticos, liquida a experiência histórica, a idéia de antes e depois, a idéia de transformação; e o segundo, ao se interessar pela reconstrução de projetos, também subestima a noção de transformação, uma vez que a história limitar-se-ia a ser um palco de realizações de intenções. Uma boa

¹ Um bom exemplo deste esforço se encontra no Fórum “Chinese and Western Historical Thinking”, editado por Rüsen na **History and Theory: Studies in Philosophy of History**. (v. 46, n.2, p.180-232, maio 2007.)

resposta a este tipo de racionalismo subjetivista é a própria psicanálise, ao mostrar que a mera reconstrução consciente não basta para a interpretação da ação de um sujeito. Diz

Rüsen:

Acontecimentos históricos oriundos da ação do homem não se deixam compreender satisfatoriamente como resultado de intenções. É uma experiência trivial, mas nem por isso menos importante e constitutiva do pensamento histórico, a de que a maior parte das mudanças temporais que os homens provocam, em si próprias e em seu mundo, não correspondem às intenções que pudessem ter orientado as ações. Em geral, tudo acaba por ser bem diferente do que se tinha planejado a princípio.²

Nesta passagem, Rüsen se mostra um herdeiro de Droysen e Immanuel Kant. Do primeiro, pela consciência de que a mera reprodução da intenção dos agentes históricos não garante o nível mais profundo de conhecimento histórico, algo que Droysen também constatara em 1857, ao situar a interpretação psicológica depois da interpretação pragmática e das condições, mas uma etapa antes da interpretação das idéias motrizes da história. De Kant, Rüsen herdou uma lição essencial de **Idéia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita**, texto de 1784 no qual se vê em uma de suas nove proposições que, para o desenvolvimento do sentido da história, a intencionalidade do agir humano não é o bastante para explicar substancialmente a historicidade da vida humana. A narrativa precisa, portanto, lidar com o universo de contingências, isto é, com elementos determinantes que não poderiam ser levados em conta pelo agente na expressão de sua própria intencionalidade. A possibilidade, pois, de não fazer das contingências uma mera série aleatória está em ver um mesmo, uma unidade, na transformação que se opera. A saída é mesmo a construção de um saber teórico, nos moldes já realizados, segundo o autor, por historiadores como Burckhardt e Droysen.

Tal percepção permite que Rüsen critique, por exemplo, Max Weber. Embora destaque a importância inegável na obra de Weber, sobretudo no que diz respeito à sua tentativa de fundação de uma antropologia histórica conceitualmente estruturada, Rüsen aponta que haverá de existir uma diferença entre um tipo-ideal e um conceito histórico, porquanto este nada tem de utópico, de construção subjetiva; sua ênfase é mais hermenêutica, ou seja, alicerçada na tradição, no fato contingente que adquire sentido na tarefa historiográfica (ainda que cite brevemente Gadamer, é de se interrogar o quão

² RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado – Teoria da História II: Os Princípios da Pesquisa Histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 41.

teria sido Rüsen influenciado pelo autor de **Verdade e Método**). Uma narrativa tecida e entretecida por conceitos é o que garante certa universalidade, o que permitirá a perspectiva comparada entre tradições historiográficas distintas.

E é disto que tratará com mais vagar o formidável **História viva**.³ Livro indispensável para o estudioso com alguma pretensão reflexiva, este terceiro volume da série “Teoria da História” ocupa lugar importante ao oferecer considerações sobre o aspecto estético do conhecimento histórico. Não custa lembrar ao leitor: na Alemanha a cultura histórica é solidamente veiculada por intermédio de exposições e monumentos, de um lado, e dos canais de comunicação de massa, como cinema e televisão, de outro. Os acontecimentos da segunda guerra mundial amiúde se emprestam como provocadores daquilo que Nietzsche, se vivo fosse, chamaria sem demora de um “excesso de história”, e se não há meios que possam medir tais excessos, há que se concordar com a necessidade de refletir sobre essas formas de exposição.

Cabe, todavia, especificar também a questão da inserção do saber histórica na vida comum, de modo semelhante ao que se fez com respeito aos fundamentos da pesquisa histórica no cotidiano. Ela se torna ainda mais crítica ao deter-se nos princípios metodológicos da garantia discursiva de validade, determinantes da história como ciência. São esses princípios que transformam o pensamento histórico em processo de pesquisa. A questão da narrativa histórica já não trata mais, agora, das operações fundamentais da consciência histórica em seu conjunto, mas do processo de formação do saber histórico, que se distingue do processo cognitivo da pesquisa histórica e que, como tal, pode ser sistematicamente relacionado à pesquisa. Não resta dúvida de que essa relação consiste em um fator essencial da cientificidade da forma historiográfica.⁴

A passagem acima se ilumina a partir do contexto especificamente alemão, riquíssimo em variedade de representações temáticas do passado, mas tem indiscutível universalidade. Vale para o Brasil, sem dúvida, contanto que da parte do leitor haja a sensibilidade de perceber que possuímos um mercado editorial no qual livros cuja contribuição ao saber histórico é duvidosa.⁵ O que importa ressaltar é a necessidade em que se tenha um horizonte que nos permita mais do que um reconhecimento vigilante do que é narrativa historiográfica ou mero jornalismo de época, mas, sim, um

³ RÜSEN, Jörn. **História viva – Teoria da História III**: Formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

⁴ Ibid., p.14.

⁵ Isto não implica que o selo de qualidade seja somente encontrável na universidade (muitas vezes não o é de fato), pois seria um absurdo esquecer de exímios pesquisadores como Evaldo Cabral de Melo e Alberto da Costa e Silva.

conhecimento de nossas possibilidades expressivas. Evidentemente, é importante recordar que **História viva** precisa ser lido com uma resposta séria ao **Metahistory**, de Hayden White, e é muito bom para o pesquisador brasileiro que possa dispor de uma das reações ao clássico de White. E por mais que o diálogo com a teoria literária, neste caso, seja imprescindível, as seguintes palavras de Rüsen são emitidas em tom de urgência: “Não se deve deixar para os outros a reflexão e a sistematização das regras decorrentes da prática do saber histórico, que se distinguem das regras próprias da pesquisa e da historiografia desta decorrente”.⁶ Mais do que nunca, legitima-se a teoria da história como campo autônomo de investigação, algo necessário em uma cultura científica como a nossa. A munição de Rüsen contra White é, portanto, pesada, porquanto lê-se, nas páginas de *História viva*, que, em White, “[...] a pesquisa aparece como mera racionalização de [...] atribuições de sentido”.⁷

Rüsen pensará a dimensão estética para além de sua eficácia (retórica), ressaltando algo que em White possui tonalidade mais política. Inserido conscientemente na tradição intelectual alemã em sentido mais amplo, pois Rüsen não reduz o pensamento sobre a historiografia a uma história disciplinar. A âncora de **História viva** se fixa em solo mais profundo: a filosofia clássica da arte encontrada em Kant, Schiller e Hegel.⁸ E é um grande desafio lembrar que a historiografia pode ser tratada, portanto, como uma disciplina a ser considerada não em subordinação à estética, mas em relação a mesma, mas uma relação histórica, contextual, longamente arraigada. Recado: compreenderá melhor a função da historiografia, em Rüsen (ou em outro grande teórico da história, o holandês Frank Ankersmit) o historiador que se interessar minimamente, digamos, pela **Educação Estética do Homem** em uma série de cartas, escrita por Friedrich Schiller. Ou seja: a ênfase é ética, algo cumprido pelo imperativo do belo, do interesse desinteressado, mas dificilmente pelo da eficácia, do interesse pragmático e instrumental:

A coerência estética de um construto significativo estaria então em fomentar nos destinatários uma relação de liberdade com as determinações do agir em suas vidas concretas. Ao invés de induzir os sujeitos a agir de determinada maneira, libera-os da pressão para agir e

⁶ RÜSEN, Jörn. **História viva – Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p.16.

⁷ Ibid., p. 25-26.

⁸ Cf. Ibid., p.31.

habilita-os a conhecer melhor as circunstâncias de suas vidas, que lhes ficariam veladas na rotina quotidiana do agir por interesse.⁹

Isto não levará Rüsen a adotar o formalismo de Hayden White. Pelo contrário: as representações estão baseadas em experiências, mas esta fundamentação ultrapassa o mero espelhamento; pelo contrário, servirão futuramente de crítica ao mesmo, adquirindo uma função orientadora. A pergunta que não quer calar: estaria Rüsen respondendo ao apelo de Nietzsche, ao procurar um uso da história para a vida? A questão é central, porquanto as reservas de Rüsen em relação a Nietzsche são explícitas.¹⁰

Para dar contornos precisos às formas e funções do saber historiográfico, Rüsen elabora uma tipologia, que será aqui brevemente resumida. Esta tipologia finca-se em experiências vitais, nas quais o Homem procura construir sua identidade por meio da passagem do tempo. É desta maneira que sentidos são construídos, não tanto como artifícios que ordenam os fatos caoticamente dispersos, mas como a maneira pela qual os “fatos” aparecem enquanto tais, ou seja, como fenômenos significativos. Para Rüsen, há quatro tipos básicos de construção de sentido: (a) tradicional; (b) exemplar; (c) crítica; (d) genética. Na primeira, “o tempo é eternizado como sentido”,¹¹ o que implica, para Rüsen, o seguinte: “A identidade forma-se, nesse discurso, como enraizamento das formas sociais tradicionais da subjetividade em atitudes, motivações e modelos de percepção e interpretação profundamente inseridos nas mentalidades”.¹² Já a segunda caracteriza-se não tanto pela tradição inscrita como segunda pela no corpo social, mas como exemplo historicamente circunscrito capaz de ilustrar uma lei universal e de se mostrar como um parâmetro a ser seguido. É a história mestra da vida, por meio da qual, em caso de uma crise, sabe-se muito bem a que modelo recorrer:

A memória histórica volta-se para conteúdos da experiência do passado que representam, como casos concretos de mudanças no tempo (no mais das vezes por causadas ações intencionais), regras ou princípios tomados como válidos para toda mudança no tempo e para o agir humano que nela ocorre.¹³

⁹ RÜSEN, Jörn. **História viva – Teoria da História III**: Formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 37.

¹⁰ Cf. RÜSEN, Jörn; JÄGER, Friedrich. **Geschichte des Historismus**: Eine Einführung. München: Beck, 1992.

¹¹ RÜSEN, 2007, op. cit., p. 49.

¹² Ibid.

¹³ Ibid., p. 51.

O mais interessante é o aspecto ético que jamais escapa a Rüsen. Ele é tanto mais rico quanto mais se lembra a idéia, ainda muito presente, do moralismo presente no uso político da historiografia, sempre presente no imaginário ocidental, e que parte da premissa não questionada e arrogante “[...] que atribui aa sua própria vida a dignidade de ser a manifestação por excelência da regra geral e tende a ver em outros modos de vida formas mais fracas ou fracassadas”.¹⁴ Tal tipo de visão se encontra em afirmações do tipo “os anos dourados”, e nas escolhas sempre duvidosas de “o melhor presidente da história”, etc. Um terceiro tipo, em nada afastado da arrogância, seria o que funda o sentido crítico da história, no qual

[...] a historiografia [...] apresenta uma experiência histórica que problematiza e relativiza o modelo precedente de interpretação histórica, abalando os fundamentos de sua plausibilidade. A história fala a linguagem dos contra-exemplos, de uma subversão empírica que abala a naturalidade aparente [...].¹⁵

Evidentemente, a função deste tipo de historiografia é central, porquanto cumpre mais claramente o papel de desnaturalizar experiências; muito atraente e útil para lidar com períodos de rompimento e exceção, tal tipo poderá servir para jogar mais luz do calor no estudo de períodos turbulentos como o Terceiro Reich (no qual Rüsen certamente está pensando), ou, no caso do Brasil, a Ditadura Militar ou o Estado Novo de Vargas. Pode ser muito válido também para dar solidez à narrativa sobre períodos de alterações drásticas na cultura, como todos os modernismos possíveis e imagináveis. Por fim, há a quarta forma de constituição de sentido: a Genética. E é neste momento que Rüsen se insere mais fortemente na tradição alemã. O termo central que serve de eixo para tal sentido é a idéia de formação (*Bildung*, no original em alemão), um conceito sem o qual a cultura alemã (ao menos desde finais do século XVIII) dificilmente pode ser compreendida em sua integridade. O papel hermenêutico da constituição genética de sentido é evidente. Afinal, “[...] as posições a serem tomadas não são mais reproduzidas mimeticamente, nem meramente subsumidas a sistemas de regras e princípios, nem tampouco contrapostas negativamente”,¹⁶ e, assim, o “tempo, como mudança, adquire uma qualidade positiva, torna-se qualidade portadora de

¹⁴ RÜSEN, Jörn. **História viva – Teoria da História III**: Formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 53.

¹⁵ Ibid., p. 56.

¹⁶ Ibid., p. 60.

sentido”.¹⁷ Estes trechos lembram demasiadamente o que Hans-Georg Gadamer dissera em seu **Verdade e Método**, obra decisiva para a hermenêutica filosófica. É de estranhar que Rüsen não lhe faça qualquer referência (nem mesmo na bibliografia!). Seria o conservadorismo cultural e filosófico de Gadamer a razão deste esquecimento?

A discussão sobre o princípio formativo e sua fundamentação hermenêutica abre caminho para o capítulo 2 da obra, “Didática – funções do saber histórico”. É digno dos maiores elogios que uma teoria da história não dispense o aspecto genuinamente pedagógico da reflexão sobre a história. E pedagógico, em Rüsen, nada tem a ver com as mortalmente tediosas aulas das disciplinas pedagógicas. Os questionamentos suscitados pelo autor podem ser ricamente aproveitados por qualquer um que escreva e leciona história em qualquer nível e sobre qualquer tema. Novamente, Rüsen atinge um grau reflexivo cuja raridade só é ultrapassada por sua urgente necessidade, mas, como dizia Nelson Rodrigues, são poucos os que enxergam o óbvio. E qual é o óbvio, em se tratando do estudo da história? Simples (*ma non troppo*): perguntar-se corajosamente pela necessidade daquilo que se faz, o que implica investigar sem freios ou formalidades como a história pode contribuir para o alargamento dos horizontes intelectuais e práticos da vida humana, seja no plano individual, seja no social, de modo a perceber que tipo de perguntas (e respostas) somente a historiografia pode trazer, e como ela precisa se renovar constantemente através da lembrança de sua especificidade. No caso da historiografia, “a formação é a capacidade de se contrapor à alteridade do passado, de levantar o véu da familiaridade que se tem com o passado camuflado na vida prática presente e de reconhecer o *estranho*, assim descoberto, como próprio”.¹⁸ Ora, há pouco a acrescentar a formulação tão lapidar. Melhor é simplesmente destacar o seu contexto. Trata-se, é claro, de uma pergunta feita com pronunciado sotaque alemão, proveniente de uma sociedade que, se procura se reconciliar com o passado genocida (tentando encontrar traços humanos nos algozes nazistas), sabe que tal reconciliação não se faz por decreto, mas, como Rüsen lembra em outro texto, trata-se de uma atividade da memória que, ao tentar juntar os cacos da imagem estilhaçada, inevitavelmente fere os dedos. E esta tarefa poderia ser transposta sem medo para a tarefa da teoria da história: enquanto compõe seus belos

¹⁷ RÜSEN, Jörn. **História viva – Teoria da História III**: Formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 58.

¹⁸ *Ibid.*, p. 108.

mosaicos, o historiador empírico se esquece que, contra a corrente, o teórico os vê como cortantes cacos de vidro.

Mas essa reconciliação não implica aceitação ou normalização. Depende, sobretudo, de uma postura clara contra certos elementos que estavam presentes no nacional-socialismo, mas que não se encontram exclusivamente em regimes totalitários. É aí que a teoria da história tem sua principal função, e a mais sutil: ao contrário de ser um cercado no qual os historiadores se protegem, ela exige uma atividade reflexiva de tal natureza que a impele a se posicionar contra a especialização excessiva – e, no Brasil, cada vez mais precoce! – ao enfatizar a importância da dimensão formativa, orientadora dada através da elucidação de operações e conceitos fundamentais do pensamento histórico. A justificativa ponderada de que o saber histórico empiricamente produzido é parcial e fragmentado não pode ser justificativa para a postura covarde de não articulá-lo com uma dimensão possível do Homem. Nada pior do que um especialista erudito que, sem o seu tema, é incapaz de dizer nada além de banalidades esperáveis apenas de um cidadão exclusivamente dedicado às telenovelas. Afinal, como este especialista poderia falar da importância de seu tema restrito para quem dele nunca ouviu falar?

Como mera compensação, a formação reforça a ignorância do geral por parte do especialista, o temor da responsabilidade de ir além do funcionamento técnico da aplicação prática do saber, e a debilidade dos sujeitos, que se sentem apenas como executores funcionais, como engrenagens do maquinário [...] que podem ser atrelados a qualquer fim.¹⁹

É quase inevitável pensar no Eichmann descrito por Hannah Arendt. Pena que tem sido inevitável também incentivar diariamente na universidade a formação de tantos jovens Eichmanns em potencial. Por esta razão, há motivos de sobra para acreditar que a qualidade da reflexão de Rüsen nos oferece um antídoto poderoso.

¹⁹ RÜSEN, Jörn. **História viva – Teoria da História III**: Formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 97.